



BES VIDA

**RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADO
1º SEMESTRE DE 2011**

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503024856
Capital Social: 250.000.000 €

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) da BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (adiante designada também por BES-Vida ou Companhia) relativos 1º Semestre de 2011.

1. Relatório de Gestão

- 1.1 Principais indicadores da actividade
- 1.2 Órgãos Sociais
- 1.3 Enquadramento económico
 - 1.3.1 Breve enquadramento macro-económico
 - 1.3.2 Breve enquadramento do sector Segurador
- 1.4 A Actividade Consolidada da BES-Vida
- 1.5 Declaração a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

2. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas Consolidadas

- 2.1 Conta de ganhos e perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de alterações no Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do rendimento integral
- 2.5 Demonstração dos fluxos de caixa
- 2.6 Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Índice

1.1 - Principais Indicadores de Actividade

(em milhões de euros)

Variáveis de Balanço	Junho 11	Dezembro 10	Var.
Activo	6.890,7	8.070,9	-14,6%
Liquidez, Investimentos e Outros Tangíveis	6.774,1	7.968,6	-15,0%
Provisões Técnicas de Seguro Directo	2.498,2	3.076,9	-18,8%
Passivos por Contratos de Investimento	4.004,7	4.542,2	-11,8%
Capital Próprio	129,6	153,0	-15,3%

Variáveis de Ganhos e Perdas	Junho 11	Junho 10	Var.
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-663,4	-241,0	175,3%
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-0,5	2,5	-121,4%
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	585,7	-433,5	-235,1%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-11,5	-0,8	1291,0%
Custos e gastos de exploração líquidos	-14,1	-25,4	-44,7%
Actividade Financeira Líquida	41,8	48,7	-14,2%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	116,9	109,8	6,5%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-51,5	-126,5	-59,3%
Perdas de Imparidade	-3,0	-0,8	282,1%
Diferenças de Câmbio	-20,5	66,2	-131,0%
Resultado Líquido do exercício	10,5	11,4	-8,3%

Outras Variáveis	Junho 11	Junho 10	Var.
Produção Total	138,1	1.015,7	-86,4%
Portugal	137,0	1.014,6	-86,5%
Contratos de seguros	65,6	654,2	-90,0%
Contratos de investimento	71,4	360,3	-80,2%
Espanha	1,1	1,1	-2,4%

1.2 - Órgãos Sociais

A 30 de Junho de 2011, a composição dos Órgãos Sociais da BES Vida é a seguinte:

Conselho de Administração*

Rui Manuel Leão Martinho (Presidente)
Jérôme Pierre Grivet (Vice-Presidente)
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Vincent Claude Paul Pacaud
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David
Olivier Ronan Melennec
Jean Jacques Duchamp

*Renúncia apresentada pelo Dr. Michel François Villatte com efeitos a partir do dia 6 de Maio de 2011.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Companhia numa **Comissão Executiva** composta pelos seguintes Administradores:

Vincent Claude Paul Pacaud (Presidente)
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David
Olivier Ronan Melennec

Mesa da Assembleia Geral

Luis Frederico Redondo Lopes (Presidente)
Pedro Cassiano Santos (Vice-Presidente)
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo
(Secretário)

Conselho Fiscal*

José Manuel Ruivo da Pena (Presidente)
José Maria Ribeiro da Cunha (Vogal efectivo)
Paulo Ribeiro da Silva (vogal suplente)

*Renúncia apresentada pelo Dr. Hervé Marcel Andre Hassan com efeitos a partir do dia 6 de Maio de 2011.

Revisores Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit e Associados-SROC, S.A.,
representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas
Montes Pinto (Revisor Oficial de Contas Efectivo)
João Carlos Miguel Alves (Revisor Oficial de
Contas Suplente)

Secretário da Sociedade

Sónia Maria Ferreira Guerra Torrão
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho
(Secretário suplente)

1.3 - Enquadramento económico

1.3.1 - Breve enquadramento macro-económico

O 2º trimestre de 2010 ficou marcado por um agravamento das preocupações com a deterioração do risco soberano na Europa, as quais atingiram o seu ponto mais elevado no início de Maio. A deterioração da confiança dos investidores foi alimentada pela revisão em baixa, em Abril, dos *ratings* soberanos de Grécia, Portugal e Espanha por parte de uma das principais agências (para BB+, A- e AA, respectivamente) implicando, no caso grego, uma notação inferior a *investment grade*.

A criação de um fundo de estabilização financeira pela UE e pelo FMI e o apoio destas instituições à economia da Grécia contribuíram para alguma melhoria da confiança e para um estreitamento dos *spreads* soberanos. No entanto, estes mantinham-se anormalmente elevados no final do 2º trimestre (785 bps na Grécia, 312 bps em Portugal e perto de 200 bps em Espanha). Aos receios dos investidores acresceram as incertezas em torno do potencial impacto da crise do risco soberano sobre o sector financeiro europeu. O final do 1º semestre foi, assim, marcado por uma secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito, afectando em particular as economias da periferia da Zona Euro e levando o BCE a aumentar a provisão de liquidez a estas economias.

Neste contexto de elevada aversão ao risco e maior procura por activos de refúgio, a *yield* dos títulos da dívida pública alemã a 10 anos caiu 52 bps, para 2.577% e os principais índices accionistas registaram variações negativas no conjunto do 2º trimestre. Entre Março e Junho, os índices DAX e CAC40 desvalorizaram-se, respectivamente, 3.06% e 13.36%, enquanto os índices IBEX e PSI-20 registaram quedas de 14.79% e 12.79%. Nos EUA, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 perderam 9.97%, 12.04% e 11.86% no trimestre, respectivamente.

Não obstante a evolução desfavorável da confiança, a actividade económica global registou uma tendência de recuperação na primeira metade do ano, liderada pelas principais economias emergentes, mas também com crescimentos relativamente robustos do PIB nos EUA e Zona Euro no 2º trimestre. Na Zona Euro, o crescimento do PIB subiu, nesse período, de 0.2% para 1%, em termos trimestrais. Neste caso, as exportações (e o respectivo impacto favorável na produção industrial) revelaram-se como o principal suporte do crescimento (beneficiando também da tendência de depreciação do euro).

Com os custos unitários do trabalho em queda, e com crescimentos ainda negativos do crédito e da massa monetária, os riscos de descida da inflação continuaram a predominar sobre os riscos de aceleração dos preços nos EUA e na Zona Euro (neste último caso, a inflação homóloga atingiu 1.4% em Junho). Assim, a Reserva Federal e o BCE mantiveram as respectivas taxas de juro directoras inalteradas (0-0.25% nos EUA e 1% na Zona Euro).

Ao nível da actividade económica, Portugal prosseguiu uma trajectória de recuperação na primeira metade de 2010. O PIB registou uma variação de 1.1% no 1º trimestre, ou 1.8% em termos homólogos, um dos crescimentos mais dinâmicos em toda a União Europeia. Este registo resultou, por um lado, de um comportamento mais favorável das exportações e, por outro lado, de um aumento no investimento em material de transporte e no consumo de bens duradouros (sobretudo automóveis).

No 2º trimestre, o PIB terá crescido 0.2%, ou 1.4% em termos homólogos.

No entanto, os activos financeiros portugueses sofreram uma pressão elevada dos mercados no 1º semestre de 2010 (expressa numa queda do índice PSI-20 e num alargamento dos *spreads* soberanos). No entanto, esta pressão (bem como os *downgradings* levados a cabo pelas agências de *rating*) estará mais relacionada com o resultado de um efeito de contágio de outras preocupações específicas do mercado (como as finanças públicas gregas ou a saúde das caixas de poupança em Espanha) do que com qualquer evento específico relacionado com a deterioração dos fundamentos da economia portuguesa no período em causa.

A taxa de poupança das famílias manteve uma trajectória de subida e, por outro lado, o crédito às sociedades não financeiras seguiu a trajectória de desaceleração observada ao longo do último ano. Esta evolução reflecte uma menor procura de crédito por parte das empresas, em função das menores necessidades de financiamento para investimento e reflecte também uma maior restritividade dos critérios de concessão de crédito. Neste contexto, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia terão exibido uma tendência de descida na primeira metade do ano, para um valor em torno de 8.5% do PIB (9.4% no conjunto de 2009).

1.3.2 - Breve enquadramento do sector Segurador

Tendo por base uma amostra de 98% do mercado¹, o volume de produção agregada do mercado segurador (contratos de seguro e contratos de investimento) no 1º semestre de 2011 atingiu os 5.863,6 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 29,2% em relação a idêntico período de 2010.

Esta situação deveu-se exclusivamente à evolução negativa observada no ramo Vida, cujo decréscimo foi de 39%. Nos ramos Não Vida a produção registou apenas um ligeiro decréscimo de 0,5%. A evolução negativa do ramo Vida é justificada, por um lado, pela elevada produção verificada no período homólogo de 2010 e, por outro lado, pelo reforço na captação de poupança efectuada pelo sector bancário, atendendo ao contexto de dificuldades acrescidas de financiamento.

Milhares de euros	Junho 11	Junho 10	Var.
RAMO VIDA - Seguro Directo	3.776.263	6.189.343	-39,0%
CONTRATOS DE SEGUROS	1.475.624	3.153.587	-53,2%
- Rendas Vitalícias	-6.143	12.260	-150,1%
- Restantes Produtos Risco	497.109	488.794	1,7%
- Produtos de Capitalização	679.541	1.460.528	-53,5%
- PPR	305.109	1.189.926	-74,4%
- Operações de Capitalização	8	2.080	-99,6%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	2.300.639	3.035.756	-24,2%
- Produtos de Capitalização	2.104.477	2.325.435	-9,5%
- PPR	196.162	556.311	-64,7%
- Operações de Capitalização	0	154.010	-100,0%
RAMO NÃO VIDA - Seguro Directo	2.087.354	2.097.243	-0,5%
TOTAL DO MERCADO	5.863.616	8.286.586	-29,2%

¹ Fonte: APS

Assim, constata-se que, em termos de segmentos de produtos, é nos produtos PPR e de Capitalização que se verificam as descidas mais acentuadas.

Milhares de euros	Junho 11	Junho 10	Var.
RAMO VIDA - Seguro Directo	3.776.263	6.189.343	-39,0%
PRODUTOS DE RISCO	490.966	501.054	-2,0%
PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	2.784.018	3.785.962	-26,5%
PPR	501.271	1.746.237	-71,3%
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	8	156.090	-100,0%
RAMO NÃO VIDA - Seguro Directo	2.087.354	2.097.243	-0,5%
TOTAL DO MERCADO	5.863.616	8.286.586	-29,2%

No conjunto dos ramos não-vida, de salientar para o período em referência, o crescimento da produção dos ramos Doença e Incêndio e Outros Danos por contraposição dos Acidentes de Trabalho.

Quanto aos custos com sinistros, no segmento Vida assistiu-se a um acréscimo importante dos montantes pagos, devido a uma maior concentração de vencimentos mas, principalmente, a um crescimento significativo dos resgates de produtos financeiros. Contudo, utilizando as provisões matemáticas existentes, estes movimentos não se reflectiram com a mesma importância nos resultados, que apresentaram um crescimento.

No segmento não vida, verificou-se uma melhoria na taxa de sinistralidade face ao ano anterior, quase integralmente devida ao ramo Incêndio e Outros Danos que em 2010 havia sido penalizado por eventos climatéricos de elevada gravidade. Por outro lado, a tendência é para que no Automóvel e Acidentes de Trabalho os níveis de sinistralidade venham a aumentar.

No total do sector segurador, verificou-se uma redução do valor da carteira de investimentos em cerca 2,5 mil milhões de euros desde o final de 2010, devido à fraca produção e aos movimentos referidos de saída por transferências entre operadores do sector financeiro.

Também os Capitais Próprios sofreram influência desta conjuntura, tendo verificado uma contracção em cerca de 270 milhões de euros, sobretudo pela evolução negativa de reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros.

1.4 - A Actividade Consolidada da BES VIDA

A actividade da BES Vida na primeira metade do ano 2011 foi influenciada por uma conjuntura económica marcada pelo agravamento da crise do risco soberano da Zona Euro e em Portugal, por um ambiente mais restritivo ao nível da liquidez, com dificuldades crescentes no acesso aos mercados financeiros pelos diferentes agentes económicos e pelo receio de abrandamento da actividade global.

Neste contexto, com uma focalização acrescida da rede de distribuição bancária na obtenção de recursos para a sua actividade, o volume da produção da BES Vida no 1º semestre de 2011, agregando a produção dos contratos de seguro e os tratados no âmbito do IAS 39 (Unit Linked e produtos sem participação nos resultados), ascendeu a 138,1 milhões de euros, o que correspondeu a um decréscimo significativo (-86,1%) face ao período homólogo do ano anterior.

A sucursal de Madrid contribui para esta produção com cerca de 1 milhão de euros (-2,4% que em Junho de 2010).

Milhares de euros	Junho 11	Junho 10 *	Var.
TOTAL BES VIDA - Seguro Directo	138.075	995.801	-86,1%
PORTUGAL	137.010	994.710	-86,2%
CONTRATOS DE SEGUROS	65.573	634.372	-89,7%
- Rendas Vitalícias	46	31	47,1%
- Restantes Produtos Risco	30.226	31.592	-4,3%
- Produtos de Capitalização	6.534	141.554	-95,4%
- PPR	28.769	461.194	-93,8%
- Operações de Capitalização	0	0	-
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	71.437	360.338	-80,2%
- Produtos de Capitalização	61.304	159.137	-61,5%
- PPR	10.133	51.202	-80,2%
- Operações de Capitalização	0	150.000	-100,0%
ESPANHA	1.064	1.091	-2,4%

*Não inclui prémios de resseguro aceite

Em Portugal, a evolução negativa registada na produção da BES Vida verificou-se em todos os segmentos de produtos, com particular destaque para os PPR (-92,4% que em Junho 2010) e os produtos de Capitalização (-77,4% que Junho 2010). Devido à inexistência neste semestre de Operações de Capitalização, também estas em muito contribuíram para a evolução negativa verificada na produção global.

Tal como verificado para a globalidade do segmento Vida em Portugal, em paralelo a esta quebra significativa do volume de produção verificou-se um acréscimo igualmente importante no volume de indemnizações, devido a um maior volume de vencimentos e, principalmente, ao forte crescimento registado nos resgates de produtos financeiros.

Neste sentido, os custos com sinistros líquidos de resseguro apresentaram um crescimento de 175,3%, com o seu valor a atingir os 663 milhões de euros (face aos 241 milhões de euros registados no 1º semestre de 2010).

Da mesma forma, também as provisões técnicas de seguro directo e os passivos por contratos de investimento viram diminuir este semestre os seus montante em 18,8% e 11,8% respectivamente: os 3.076,9 e 4.542,2 milhões de euros apresentados em Dezembro de 2010 diminuíram para 2.498,2 e 4.004,7 milhões de euros verificados em junho de 2011.

Do lado do Activo, os Investimentos, Liquidez e Outros Activos Tangíveis diminuíram 15% (7.968,6 milhões de euros em Dezembro de 2011 para os actuais 6.774,1 milhões de euros), influenciados pelos movimentos atrás referidos.

Importa também referir que, considerando a tendência de volatilidade e deterioração dos mercados de dívida soberana de alguns países ditos da “periferia da Europa” (como Portugal, Grécia ou Irlanda) e o facto da Companhia deter na sua carteira títulos de dívida soberana ou equiparada destes países que pretendia deter até à maturidade, no primeiro semestre de 2011 a BES Vida reclassificou em “Held to Maturity” títulos que se encontrassem nas condições referidas, com o objectivo de proteger e evitar volatilidade na valorização dos activos e respectivas consequências.

No contexto atrás referido e prosseguindo uma política de controlo dos seus custos operacionais, a BES Vida apresentou no final do 1º semestre de 2011 um resultado antes de impostos de 12,6 milhões de euros, registando um decréscimo de 11,7% em relação aos 14,2 milhões verificados no período homólogo do ano anterior. Ao nível do resultado líquido, o decréscimo verificado é de 8,3%, passando de 11,4 milhões de euros em Junho de 2010 para os actuais 10,5 milhões de euros.

O capital próprio da Companhia não passou imune a esta conjuntura. Em Junho de 2011 atingiu os 129,6 milhões de euros, tendo registado uma redução de 15,3% em relação ao verificado em Dezembro de 2010 (153 milhões de euros). Este decréscimo está ligado à evolução negativa da reserva de reavaliação por ajustamento no justo valor de activos financeiros.

Apesar deste contexto, a Margem de Solvência apresenta em Junho de 2011 um rácio de cobertura de 127,6% (um excesso de 45,6 milhões de euros) melhorando 5,9 pontos percentuais em relação aos 123,1% apresentados em Dezembro de 2010. Embora se tenha verificado uma degradação na Reserva de Justo Valor, com impacto nos elementos constitutivos, a menor necessidade de margem de solvência decorrente do decréscimo verificado nas Provisões Matemáticas, conduziu a um maior excesso de elementos constitutivos face à margem necessária.

Como nota final, gostaríamos de referir que o conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da BES-Vida, Companhia de Seguros, SA, não tendo sido sujeito a revisão limitada.

O Conselho de Administração deseja expressar ainda o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal, pela Associação Portuguesa de Seguradores e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 22 de Julho de 2011
O Conselho de Administração

1.5 - Declaração a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da BES-Vida foi adoptada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas consolidadas da BES-VIDA, Companhia de Seguros, S.A., todos relativos ao 1º semestre do exercício de 2011, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

A declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito “responsáveis do emitente” os titulares deste órgão. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

<u>Nome</u>	<u>Função</u>
Rui Manuel Leão Martinho	Presidente do Conselho de Administração
Jérôme Pierre Grivet	Vice-presidente do Conselho de Administração
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Vogal do Conselho de Administração
Vincent Claude Paul Pacaud	Vogal do Conselho de Administração
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	Vogal do Conselho de Administração
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Vogal do Conselho de Administração
Olivier Ronan Melennec	Vogal do Conselho de Administração
Jean Jacques Duchamp	Vogal do Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas Consolidadas

2.1 – Conta de Ganhos e Perdas Consolidada

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S A

CONTA DE GANHOS E PERDAS
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Junho 2011			Valores em euros
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	Junho 2010
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	63.802.965		63.802.965	651.750.440
Prémios brutos emitidos		66.637.744		66.637.744	655.309.164
Prémios de resseguro cedido		(2.723.337)		(2.723.337)	(3.622.697)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(111.442)		(111.442)	63.973
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	6	11.579.308		11.579.308	12.925.380
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7	(663.443.588)		(663.443.588)	(240.986.433)
Montantes pagos		(667.436.261)		(667.436.261)	(240.781.819)
Montantes brutos		(668.569.107)		(668.569.107)	(241.695.146)
Parte dos resseguradores		1.132.846		1.132.846	913.327
Provisão para sinistros (variação)		3.992.673		3.992.673	(204.614)
Montante bruto		4.469.643		4.469.643	(192.497)
Parte dos resseguradores		(476.970)		(476.970)	(12.117)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8	(535.082)		(535.082)	2.496.226
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9	585.727.112		585.727.112	(433.473.575)
Montante bruto		585.516.401		585.516.401	(433.718.815)
Parte dos resseguradores		210.711		210.711	245.240
Participação nos resultados, líquida de resseguro	10	(11.458.293)		(11.458.293)	(823.760)
Custos e gastos de exploração líquidos	11	(14.062.429)		(14.062.429)	(25.438.975)
Custos de aquisição		(12.205.267)		(12.205.267)	(23.594.829)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(140)		(140)	(128)
Gastos administrativos		(3.097.491)		(3.097.491)	(2.875.736)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		1.240.469		1.240.469	1.031.718
Rendimentos	12	122.232.827	865.472	123.098.299	115.966.724
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		76.410.853	921.881	77.332.734	70.731.326
Outros		45.821.974	(56.409)	45.765.565	45.235.398
Gastos financeiros - Outros	13	(4.471.083)	(1.765.013)	(6.236.096)	(6.191.131)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	16	(42.439.757)	21	(42.439.736)	(5.464.823)
De activos disponíveis para venda		(21.855.540)	21	(21.855.519)	9.496.560
De investimentos a deter até à maturidade		(5.158.352)	-	(5.158.352)	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		(15.425.865)	-	(15.425.865)	(14.961.383)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	(9.120.875)	36.250	(9.084.625)	(121.060.333)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		7.581.702	30.472	7.612.174	(93.810.282)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(16.702.577)	5.778	(16.696.799)	(27.250.051)
Diferenças de câmbio	18	(20.549.917)	-	(20.549.917)	66.234.792
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de activos disponíveis para venda	20	(2.998.428)	-	(2.998.428)	(784.817)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(8.143)	-	(8.143)	(505.307)
Outras provisões (variação)		-	(1.098.100)	(1.098.100)	(807.349)
Outros rendimentos/gastos	21	-	267.691	267.691	383.819
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		14.254.617	(1.693.679)	12.560.938	14.220.878
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	32	-	(284.478)	(284.478)	(14.747)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	32	-	(1.785.961)	(1.785.961)	(2.764.121)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				10.490.499	11.442.010
Resultado por acção básico				0,21	0,23

2.2 – Balanço Consolidado

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S A

ACTIVO
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Balanço	Notas do Anexo	Junho 2011		Dezembro 2010
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	
			Valor Líquido	
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	22	302.728.140	-	247.983.736
Activos financeiros detidos para negociação	23	18.033.315	-	29.192.051
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	24	3.447.497.410	-	3.998.857.728
Activos disponíveis para venda	25	2.667.692.849	(56.458.584)	3.408.087.956
Empréstimos e contas a receber	26	31.376.900	-	191.342.791
Outros depósitos		31.238.270	-	191.185.725
Empréstimos concedidos		132.762	-	144.867
Outros		5.868	-	12.199
Investimentos a deter até à maturidade	27	262.566.215	-	-
Terrenos e edifícios	28	99.166.959	(601.592)	91.392.960
Terrenos e edifícios de uso próprio		8.743.326	(601.592)	8.207.655
Terrenos e edifícios de rendimento		90.423.633	-	83.185.305
Outros activos tangíveis	29	7.862.415	(6.333.589)	1.709.933
Outros activos intangíveis	30	8.543.921	(8.354.219)	231.596
Provisões técnicas de resseguro cedido	31	2.994.803	-	4.285.889
Provisão matemática do ramo vida		352.674	-	141.964
Provisão para sinistros		1.509.293	-	1.986.263
Provisão para participação nos resultados		1.132.836	-	2.157.662
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	24.298	-	356.339
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32	18.084.371	(29.379)	25.405.095
Contas a receber por operações de seguro directo		10.269.761	(29.379)	17.252.048
Contas a receber por outras operações de resseguro		618.651	-	310.145
Contas a receber por outras operações		7.195.959	-	7.842.902
Activos por impostos	33	91.784.781	-	68.030.609
Activos por impostos correntes		22.166.019	-	7.984.414
Activos por impostos diferidos		69.618.762	-	60.046.195
Acréscimos e diferimentos	34	2.930.880	-	3.977.926
Outros elementos do activo		1.236.000	-	-
TOTAL ACTIVO		6.962.523.256	(71.777.363)	8.070.854.609

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO
EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Balço	Notas do Anexo	Valores em euros	
		Junho 2011	Dezembro 2010
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	31	2.498.164.842	3.076.906.577
Provisão para prémios não adquiridos		2.676.337	2.564.894
Provisão matemática do ramo vida		2.444.604.208	3.030.120.469
Provisão para sinistros do ramo vida		35.795.345	40.156.324
Provisão para participação nos resultados		14.535.999	4.047.019
Provisão para compromissos de taxa		552.953	17.871
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	36	4.004.662.638	4.542.235.451
Outros passivos financeiros	37	201.381.557	219.671.865
Passivos subordinados		100.139.552	100.132.606
Depósitos recebidos de resseguradores		265.731	288.695
Outros		100.976.274	119.250.564
Outros credores por operações de seguros e outras operações	38	21.704.737	46.465.106
Contas a pagar por operações de seguro directo		20.148.170	44.253.026
Contas a pagar por outras operações de resseguro		910.532	1.382.801
Contas a pagar por outras operações		646.035	829.279
Passivos por impostos	33	2.322.284	1.886.022
Passivos por impostos correntes		2.322.216	1.885.994
Passivos por impostos diferidos		68	28
Acréscimos e diferimentos	39	5.568.548	5.672.846
Outras Provisões	40	27.347.009	25.018.537
TOTAL PASSIVO		6.761.151.615	7.917.856.404
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	41	250.000.000	250.000.000
Reservas de reavaliação		(209.047.131)	(163.731.989)
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		(205.105.461)	(164.845.904)
De diferenças de câmbio		(3.941.670)	1.113.915
Reserva por impostos		52.809.639	41.388.924
Outras reservas		18.651.666	16.582.629
Resultados transitados		6.689.605	(12.298.778)
Resultado do exercício		10.490.499	21.057.419
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		129.594.278	152.998.205
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		6.890.745.893	8.070.854.609

2.3 – Demonstração das alterações no Capital Próprio Consolidado

BES - VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011, 31 DEZEMBRO DE 2010 E DE 30 DE JUNHO DE 2010

	Capital	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Outras reservas			
Balanco a 31 de Dezembro de 2009	250.000.000	(49.216.240)	11.344.617	16.408.288	174.341	(88.903)	(16.012.240)	212.609.863
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(63.592.426)	-	-	-	-	-	(63.592.426)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de activos financeiros disponíveis para venda	-	8.825.692	-	-	-	-	-	8.825.692
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	12.232.679	-	-	-	-	12.232.679
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(11.902.420)	16.012.240	4.109.820
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	5.115.722	-	-	-	-	-	5.115.722
Total da variação do capital próprio	-	(49.651.012)	12.232.679	-	-	(11.902.420)	16.012.240	(33.308.513)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	11.442.010
Balanco a 30 de Junho de 2010	250.000.000	(98.867.252)	23.577.296	16.408.288	174.341	(11.991.323)	11.442.010	190.743.360
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(68.518.155)	-	-	-	-	-	(68.518.155)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de activos financeiros disponíveis para venda	-	(5.960.054)	-	-	-	-	-	(5.960.054)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	17.811.628	-	-	-	-	17.811.628
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(4.109.820)	-	(4.109.820)
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	9.613.472	-	-	-	3.802.366	-	13.415.838
Total da variação do capital próprio	-	(64.864.737)	17.811.628	-	-	(307.454)	-	(47.360.563)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	9.615.409	9.615.409
Balanco a 31 de Dezembro de 2010	250.000.000	(163.731.989)	41.388.924	16.408.288	174.341	(12.298.777)	21.057.419	152.998.206
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(25.272.126)	-	-	-	-	-	(25.272.126)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de activos financeiros disponíveis para venda	-	(5.055.585)	-	-	-	-	-	(5.055.585)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	11.420.715	-	-	-	-	11.420.715
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2.069.037	-	18.988.382	(21.057.419)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	(14.987.431)	-	-	-	-	-	(14.987.431)
Total da variação do capital próprio	-	(45.315.142)	11.420.715	2.069.037	-	18.988.382	(21.057.419)	(33.894.427)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	10.490.499	10.490.499
Balanco a 30 de Junho de 2010	250.000.000	(209.047.131)	52.809.639	18.477.325	174.341	6.689.605	10.490.499	129.594.278

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2.4 – Demonstração do rendimento integral Consolidado

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE 30 DE JUNHO DE 2011 E 30 DE JUNHO DE 2010

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	10.490.499	11.442.010
Imparidades dos activos financeiros disponíveis para venda	2.998.428	784.817
Vendas de activos financeiros disponíveis para venda	21.106.631	(11.250.366)
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(59.591.121)	(40.191.365)
Amortização da reserva de activos financeiros deter até á maturidade	5.158.351	-
Variação dos impostos correntes e diferidos	11.420.715	12.232.679
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos directamente em capitais próprios	(14.987.431)	5.115.722
Total do rendimento integral	(23.403.928)	(21.866.503)

2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	2011	2010
FLUXOS DE ACTIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	59.603.062	868.273.837
Operações de Resseguro	862.268	30.109.821
Operações com contratos de investimento	70.754.310	527.107.986
Outras Actividades Operacionais	29	45
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(667.936.678)	(579.257.901)
Operações de Resseguro	(6.855.733)	(80.570.316)
Operações com contratos de investimento	(607.183.576)	(755.571.082)
Comissões	(31.421.712)	(45.259.393)
Participação de Resultados	0	0
Outras Actividades Operacionais	(1.925.154)	(93.428)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.822.719)	(3.416.853)
D Pagamentos a Fornecedores	(6.254.344)	(11.677.057)
E Outros pagamentos e recebimentos	932.920	1.718.363
F Impostos e Taxas	(16.011.772)	(18.103.184)
G Impostos sobre o rendimento	(11.062.652)	10.852.614
Fluxos de Actividade Operacionais (1)	(1.218.321.751)	(55.886.548)
FLUXOS DE ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	25.793.751.964	30.135.860.571
Alienação de Imobilizado	-	-
Dividendos	7.376.668	11.994.598
Juros	20.408.761	195.296.115
Outros Rendimentos	1.363.556	2.185.374
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(24.545.447.374)	(30.075.913.029)
Aquisição de Imobilizado	(427.439)	(698.847)
Despesas de gestão, manutenção e outras	(1.044.756)	(2.583.376)
Fluxos de Actividade de Investimento (2)	1.275.981.380	266.141.406
FLUXOS DE ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
J Recebimentos		
Empréstimos Subordinados	-	-
Aumento de Capital	-	-
Outros Empréstimos	72.710	-
K Pagamentos		
Liquidação de Empréstimos Subordinados	-	-
Dividendos	-	-
Juros sobre Empréstimos	(1.751.935)	(3.154.299)
Contrato de Locação Financeira	-	-
Liquidação de Outros Empréstimos	(1.236.000)	-
Fluxos de Actividade de Financiamento (3)	(2.915.225)	(3.154.299)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	54.744.404	207.100.559
L Caixa e seus equivalentes no início do período	247.983.736	40.769.536
M Caixa e seus equivalentes no final do período	302.728.140	247.870.095

2.6 - Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 - ACTIVIDADE E ESTRUTURA

A Companhia foi constituída em 28 de Junho de 1993, e tem como objectivo desenvolver autonomamente a actividade do ramo vida, que se iniciou em 1 de Janeiro de 1994. A Sucursal de Espanha, com sede em Madrid, iniciou a sua actividade em Junho de 1996. Em Agosto de 2006, a Companhia anteriormente designada Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A. como resultado da operação efectuada entre o Banco Espírito Santo, S.A. e o Grupo Crédito Agrícola, alterou a sua designação para BES-Vida, Companhia de Seguros S.A. (“Bes- Vida” ou “Companhia” ou “Grupo”).

Adicionalmente e de acordo com a SIC 12 o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico
CABRAL, LTDA	2001	2001	Jersey	Entidade de securitização	100,00%
CLASSIC I (CAYMAN) /2001 - 17/05/2012	2001	2001	Cayman Islands	Entidade Finalidade Especial	100,00%
SHERLOCK LIMITED Float /2002 - 23/07/2015	2002	2003	Jersey	Entidade Finalidade Especial	100,00%
STINGRAY LIMITED 6.31% /2001 - 26/05/2012	2001	2002	Cayman Islands	Entidade Finalidade Especial	85,95%
XENON 2002-2012	2002	2003	Irlanda	Entidade Finalidade Especial	100,00%
ES - ARRENDAMENTO	2009	2009	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%
OREY REABILITAÇÃO LISBOA	2006	2006	Portugal	Fundo de Investimento	77,32%

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 não se verificaram quaisquer alterações à estrutura do Grupo.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas da BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A. (“BES - Vida” ou “Sociedade”) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da BES - Vida agora apresentadas, reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 e foram preparadas de acordo com os IFRS adoptados pela União Europeia até 30 de Junho de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas interinas referentes a 30 Junho de 2011, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de Dezembro de 2010.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento.

Em Abril de 2007, o Instituto de Seguros de Portugal emitiu a Norma Regulamentar n.º 4/07 que define um novo regime contabilístico para as Empresas de Seguros, onde passa a ser de aplicação obrigatória os IFRS, com excepção do IFRS 4.

Nesta Norma, o ISP definiu um *layout* no que respeita à apresentação do Balanço e de Demonstração de Resultados de aplicação obrigatória para as empresas de seguros. Nessa base o Balanço e Demonstração dos Resultados da BES - Vida a partir do exercício de 2008 passaram a ser elaborados em conformidade com os requisitos desta Norma.

Importa referir que os requisitos definidos no que respeita à divulgação de informação nos IFRS estão devidamente salvaguardados

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 22 de Julho de 2011 e, conforme previsto no n.º 3 do artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários, informa-se que não foram sujeitas a auditoria ou revisão limitada, motivo pelo qual não se apresenta o respectivo relatório de auditoria.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da BES-Vida e das suas subsidiárias (“Grupo” ou “Grupo BES-Vida”), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos nas demonstrações financeiras.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Entidades de finalidade especial (“SPE”)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – *Consolidação de Entidades de Finalidade Especial*, os quais se resumem como segue:

- As actividades dos SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e para que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

O Grupo consolida os fundos de investimento onde detém a maioria dos meios de participação e pode exercer o controlo sobre esses fundos.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções e Fundos de Investimento classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias de activos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7:

Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "Loans and Receivables" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. O Grupo não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Loans and receivables" e "Held-to-maturity" são também permitidas.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

O Grupo elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;

Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;

- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

2.7. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são capitalizados no activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	46 a 50
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8. Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.9. Activos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 a 6 anos).

Os custos directamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como activos são amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.10. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11. Benefícios aos empregados

Pensões

Em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho para o Sector Segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de Junho de 1995 que tenham sido admitidos na actividade seguradora até essa mesma data, prestações pecuniárias para complemento de reforma.

O Grupo constituiu um Fundo de Pensões que se destina a cobrir as responsabilidades inerentes ao plano mencionado no parágrafo anterior.

Para além destas, o Grupo tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do

Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

O fundo de pensões é gerido pela ESAF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a vida de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antes do empregado atingir os 65 anos de idade (reformas antecipadas) é reconhecido em resultados quando incorrido.

O Grupo efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Benefícios de saúde

Adicionalmente o Grupo concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pelo Grupo aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão do Conselho de Administração, a BES-Vida estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores da BES-Vida têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do Banco Espírito Santo, S.A. acima de um determinado preço pré-estabelecido (strike price). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço da Companhia por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados como custo com pessoal ao longo do período de serviço definido como 3 anos. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

2.16. Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiros e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efectuada com base na experiência passada utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 30).

Provisão para compromissos de taxa (“Liability adequacy test”)

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

2.17. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.18. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, o Grupo não detinha acções próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida susceptíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.20. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas contabilísticas do Grupo, os critérios de imparidade são o declínio de 60% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização de 30% por um período superior a 6 meses, para instrumentos de capital e incumprimentos do emissor para instrumentos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Entidades de Finalidade Especial

O Grupo não consolida os SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE. A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados. A detenção de mais de 50% do total da emissão é um dos critérios usados para determinar o controlo efectivo sobre um veículo.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Seguradora e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da BES-Vida e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.6. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting* (Provisão para participação nos resultados a atribuir). A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

A actividade do Grupo encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Produtos tradicionais – produtos com o objectivo de cobrir o risco de morte e de longevidade;
- (ii) Produtos capitalização com participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos com uma taxa de rendimento garantida e com uma participação nos resultados atribuída aos clientes dependente, principalmente, da rentabilidade financeira dos activos;
- (iii) Produtos capitalização sem participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). Produtos que não têm taxa de rendimento garantida e/ou em que o risco do investimento é assumido pelo cliente;
- (iv) Outros produtos e serviços – inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos activos totais ou do resultado líquido do exercício, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal e em Espanha através de uma sucursal. Considerando que a actividade desenvolvida em Espanha não é significativa e não cumpre os critérios de obrigatoriedade estabelecidos no IFRS 8, no que respeita à sua divulgação, o Grupo optou por não preparar reporte por segmento geográfico.

O reporte de segmentos primários é apresentado como segue:

2011					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	28.580.109	35.222.856	-	-	63.802.965
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	11.579.308	-	11.579.308
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(11.156.652)	(652.286.936)	-	-	(663.443.588)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-	(535.082)	-	-	(535.082)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	2.422.738	583.304.374	-	-	585.727.112
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(11.458.293)	-	-	-	(11.458.293)
Custos e gastos de exploração líquidos	(59.770)	(5.489.295)	(8.260.326)	(253.038)	(14.062.429)
Rendimentos	8.070.788	55.612.281	58.549.758	865.472	123.098.299
Gastos financeiro	(43.649)	(2.457.418)	(3.697.938)	-	(6.236.095)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.142.569)	(22.114.129)	(19.183.059)	21	(42.439.736)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	102.404	9.971.817	(19.195.096)	36.250	(9.084.625)
Diferenças de câmbio	(224.926)	(1.764.364)	(18.560.627)	-	(20.549.917)
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(368.128)	(2.630.300)	-	(2.998.428)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(8.143)	-	-	-	(8.143)
Outras provisões (variação)	-	-	-	(1.098.100)	(1.098.100)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	267.691	267.691
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	15.082.037	(904.024)	(1.398.280)	(218.795)	12.560.938
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	(284.478)	(284.478)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	(1.785.961)	(1.785.961)
Resultado líquido do exercício	15.082.037	(904.024)	(1.398.280)	(2.289.234)	10.490.499

2010					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	29.265.850	622.484.590	-	-	651.750.440
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	12.925.380	-	12.925.380
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(15.438.003)	(225.548.429)	-	-	(240.986.432)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(16.363.867)	(2.496.226)	-	-	(18.860.093)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(823.760)	(417.109.708)	-	-	(425.873.468)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(110.302)	-	-	-	(110.302)
Custos e gastos de exploração líquidos	(110.302)	(9.921.328)	(15.011.939)	(395.407)	(25.438.976)
Rendimentos	6.786.894	51.513.000	57.632.770	34.060	115.966.724
Gastos financeiro	(26.966)	(2.441.120)	(3.670.013)	(53.032)	(6.191.131)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(923.800)	11.017.728	(15.558.750)	-	(5.464.822)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(785.655)	(32.503.807)	(87.651.287)	(119.585)	(121.060.334)
Diferenças de câmbio	173.214	10.888.744	55.172.834	-	66.234.792
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(55.384)	(729.433)	-	-	(784.817)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12.709	(518.016)	-	-	(505.307)
Outras provisões (variação)	-	-	-	(807.349)	(807.349)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	383.819	383.819
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	0
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	1.710.930	9.628.447	3.838.995	(957.494)	14.220.878
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	(14.747)	(14.747)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	124.971	-	(2.889.092)	(2.764.121)
Resultado líquido do exercício	1.710.930	9.753.418	3.838.995	(3.861.333)	11.442.010

2011					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.662.678	34.574.961	260.918.030	5.572.472	302.728.140
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	23.914	28.233.724	(10.230.323)	-	18.033.315
Activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.380.400	178.257.888	3.266.859.122	-	3,447,497,410
Activos financeiros disponíveis para venda	197.356.731	1,863,550,856	548,430,914	1,895,765	2,611,234,265
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	13,205,117	(13,204,369)	132,014	132,762
Terrenos e Edifícios	-	52,216,113	18,824,745	27,524,509	98,565,367
Total	201,429,722	2,170,038,659	4,071,598,119	35,124,759	6,478,191,259
PASSIVO					
Provisões Técnicas	49,613,104	2,430,530,485	18,021,253	-	2,498,164,842
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	4,004,662,638	-	4,004,662,638
Total	49,613,104	2,430,530,485	4,022,683,891	-	6,502,827,480

2010					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3,593,762	111,709,754	130,953,858	1,726,362	247,983,736
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	28,454,640	(1,235,584)	19,727,995	-	29,192,051
Activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11,463,469	227,398,671	3,759,995,589	-	3,998,857,729
Activos financeiros disponíveis para venda	249,898,129	2,530,935,975	625,640,345	1,613,507	3,408,087,956
Empréstimos concedidos e contas a receber	1,999,687	44,519,893	14,479,093	144,119	191,342,791
Terrenos e Edifícios	-	52,329,638	3,740,310	27,115,357	83,185,305
Total	295,409,686	2,965,658,347	4,666,982,190	30,599,345	7,958,649,568
PASSIVO					
Provisões Técnicas	52,908,512	3,003,474,419	20,523,647	-	3,076,906,578
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	4,542,201,708	-	4,542,201,708
Total	52,908,512	3,003,474,419	4,562,725,355	-	7,619,108,286

NOTA 5 - PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prémios brutos emitidos	66.637.744	655.309.164
Prémios de resseguro cedido	<u>(2.723.337)</u>	<u>(3.622.697)</u>
Prémios líquidos de resseguros	63.914.407	651.686.467
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	<u>(111.442)</u>	<u>63.973</u>
Prémios líquidos de resseguro	<u>63.802.965</u>	<u>651.750.440</u>

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tradicionalis	31.621.442	31.685.675
Capitalização com participação nos resultados	<u>35.016.302</u>	<u>623.623.489</u>
	<u>66.637.744</u>	<u>655.309.164</u>

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados no segmento tradicionalis.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definido pelo IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

NOTA 6 - COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Comissões de subscrição	179.690	669.538
Comissões de gestão	10.760.540	11.555.152
Comissões de resgate	<u>639.078</u>	<u>700.690</u>
	<u>11.579.308</u>	<u>12.925.380</u>

As comissões acima referidas são relativas às comissões de subscrição, resgate e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados deixaram de ser reconhecidos sob a forma de prémios passando apenas a ser registada a comissão de subscrição e de gestão dos mesmos como proveitos.

NOTA 7 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Seguro directo		
Montantes pagos	(667.903.318)	(241.106.178)
Custos imputados à função sinistros (Nota 14)	(665.789)	(588.968)
Varição da provisão para sinistros	4.469.643	(192.498)
	<u>(664.099.464)</u>	<u>(241.887.644)</u>
Resseguro cedido		
Montantes pagos	1.132.846	913.327
Varição da provisão para sinistros	(476.970)	(12.117)
	<u>655.876</u>	<u>901.210</u>
	<u>(663.443.588)</u>	<u>(240.986.434)</u>

NOTA 8 - OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Provisão para compromissos de taxa	(535.082)	2.496.226
	<u>(535.082)</u>	<u>2.496.226</u>

NOTA 9 - PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades do Grupo com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados líquida de resseguro diz respeito ao acréscimo de responsabilidades do Grupo relativa aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (ver Nota 31).

NOTA 11 - CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos de aquisição		
Comissões de resgate	(524.528)	(432.231)
Comissões de subscrição	(6.125.103)	(10.028.938)
Comissões financeiras	(177.964)	(8.738.190)
Outros	(1.397.537)	(443.309)
Custos imputados à função aquisição (nota 14)	(3.980.135)	(3.952.161)
	<u>(12.205.267)</u>	<u>(23.594.829)</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	(140)	(128)
Gastos administrativos		
Custos imputados à função administrativa (nota 14)	(3.097.491)	(2.875.736)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões de resseguros cedido	2.703	3.425
Participação nos resultados de resseguro	1.237.766	1.028.293
	<u>(1.857.162)</u>	<u>(1.844.146)</u>
	<u>(14.062.429)</u>	<u>(25.438.975)</u>

NOTA 12 - RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos activos financeiros são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de activos disponíveis para venda	59.658.507	68.805.700
de activos a deter até à maturidade	10.609.361	-
de terrenos e edificios	1.197.929	1.284.440
de empréstimos concedidos e contas a receber	5.080.570	184.507
de depósitos em instituições de crédito	786.367	456.679
	<u>77.332.734</u>	<u>70.731.326</u>
Rendimentos de outros activos		
de activos detidos para negociação	(1.075.401)	(410.813)
de activos ao justo valor através de resultados	46.840.966	45.646.211
	<u>45.765.565</u>	<u>45.235.398</u>
	<u>123.098.299</u>	<u>115.966.724</u>

NOTA 13 - GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros diz respeito aos custos imputados à função investimentos (ver Nota 14).

NOTA 14 - CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, exploração, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos com sinistros (ver Nota 7)	665.789	588.968
Custos de aquisição (ver Nota 11)	3.968.295	3.952.161
Custos de exploração (ver Nota 11)	3.097.491	2.875.736
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 13)	6.236.097	6.175.508
Outras provisões	<u>1.099.304</u>	<u>807.349</u>
	<u>15.066.976</u>	<u>14.399.722</u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos com pessoal	3.544.592	3.424.453
Fornecimentos e serviços externos	4.010.466	3.446.711
Impostos e taxas	149.382	545.238
Amortizações do exercício (ver notas 27, 28 e 29)	330.622	407.888
Outras provisões	2.328.472	1.607.350
Juros suportados	1.761.654	1.536.401
Comissões	<u>2.941.788</u>	<u>3.431.681</u>
	<u>15.066.976</u>	<u>14.399.722</u>

Os custos com o pessoal desagregam-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações dos órgãos sociais	509.506	748.259
Remunerações do pessoal	1.587.419	1.248.677
Encargos sobre remunerações	348.822	388.989
Benefícios pós emprego	332.041	337.958
Seguros obrigatórios	79.357	60.097
Custos de acção social	68.170	46.430
Outros custos com o pessoal	70.215	33.655
Estimativa de bónus	<u>549.063</u>	<u>560.388</u>
	<u>3.544.593</u>	<u>3.424.453</u>

Em 30 de Junho de 2011 e 2010 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração é desagregada da seguinte forma:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	485.129	481.029
Benefícios pós emprego	281.969	307.478
Remunerações variáveis	<u>257.626</u>	<u>267.230</u>
	<u>1.024.724</u>	<u>1.055.737</u>

Em 30 de Junho de 2011 e 2010, por categoria profissional, o número de colaboradores do quadro permanente do Grupo BES-Vida analisa-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Direcção	9	10
Quadro Técnico	45	46
Actuario	2	2
Chefe de Serviços	4	3
Sub-chefe de Secção	1	2
Secretária	2	2
Escriturário	21	19
Apoio Geral	2	3
	<u>86</u>	<u>87</u>

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Electricidade	51.359	70.507
Material de escritório	10.603	12.192
Artigos para oferta	104.491	129.988
Conservação e reparação	718.639	558.284
Rendas e alugueres	138.091	174.154
Despesas de representação	6.393	11.159
Comunicação	274.243	230.882
Deslocações e estadas	27.836	32.888
Seguros	96.708	78.126
Publicidade e propaganda	216.167	186.169
Limpeza, higiene e conforto	47.361	47.511
Vigilância e segurança	16.082	28.792
Trabalhos especializados	1.787.784	1.300.088
Serviços prestados	95.715	107.400
Call center	38.394	53.092
Outros	380.600	425.479
	<u>4.010.466</u>	<u>3.446.711</u>

A rubrica de outras provisões diz respeito à reversão de provisões constituídas para fazer face a perdas associadas a activos financeiros, tendo este proveito sido imputado na totalidade à função de gestão de investimentos.

Os juros suportados dizem respeito aos custos incorridos com os títulos de dívida subordinada emitidos pelo Grupo.

A rubrica de comissões é referente a comissões de custódia de títulos e outros gastos associados à gestão de investimentos.

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 2.11, as empresas do Grupo estabeleceram planos de benefícios definidos para os seus colaboradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no activo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde para as empresas do Grupo é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2010.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 30 de Junho de 2011 e 2010, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	3,25% - 3,75% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1,00% - 3,75% (*)	1,00% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,48% (*) - 5,90%	5,48% (*) - 5,90%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25% - 3,75% (*)	2,25% - 3,75% (*)
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

O custo relativo às reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/(responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

	valores em milhares de euros
Em 1 de Janeiro de 2010	569
Custo do exercício	(639)
Contribuições/pagamentos	426
Em 31 de Dezembro de 2010	356
Custo do exercício	(332)
Contribuições/pagamentos	-
Em 30 de Junho de 2011	24

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão do Conselho de Administração, a BES-Vida estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Data inicial de referência	02-06-2008
Data final de referência	02-06-2011
Direitos atribuídos	28.500
Preço de referência	11
Taxa de juro	5,22%
Volatilidade	33,50%
Valor inicial do plano	83.953

Conforme a política contabilística descrita na nota 2.11, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 84 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base a BES - Vida reconheceu em custos com pessoal no exercício o valor de 14 milhares de euros. A variação do justo valor do benefício ao longo do prazo do programa é reconhecida em resultados.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo o valor em 30 de Junho de 2011 de 26 milhares de euros.

NOTA 16 - GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos disponíveis para venda são analisados como segue:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicas	2.204.616	(11.278.332)	(9.073.716)	11.072.024	(1.148.524)	9.923.500
De outros emissores	7.008.996	(27.208.028)	(20.199.032)	5.062.454	(10.074.277)	(5.011.823)
Acções	9.632.612	(1.846.908)	7.785.704	11.254.656	(4.540.291)	6.714.365
Outros títulos de rendimento variável	280.935	(649.410)	(368.475)	838.810	(2.968.292)	(2.129.482)
	19.127.159	(40.982.678)	(21.855.519)	28.227.944	(18.731.384)	9.496.560

Os ganhos líquidos de investimentos a deter até à maturidade correspondem ao montante transferido da reserva de justo valor para a conta de resultados por dizer respeito a transferência de activos com origem na categoria de disponíveis para venda.

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicas	-	(5.036.174)	(5.036.174)	-	-	-
De outros emissores	-	(122.178)	(122.178)	-	-	-
	-	(5.158.352)	(5.158.352)	-	-	-

Os ganhos líquidos de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

NOTA 17 - GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação são analisados como segue:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Derivados	66.231.032	(58.618.858)	7.612.174	70.851.757	(164.662.039)	(93.810.282)
	66.231.032	(58.618.858)	7.612.174	70.851.757	(164.662.039)	(93.810.282)

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	691.169	(2.798.109)	(2.106.940)	1.132.899	(1.167.684)	(34.785)
De outros emissores	50.048.199	(22.388.737)	27.659.462	72.100.280	(132.247.134)	(60.146.854)
Ações	33.234.401	(34.354.887)	(1.120.486)	29.312.097	(39.340.936)	(10.028.839)
Outros títulos de rendimento variável	12.284.371	(56.589.136)	(44.304.765)	(63.980.257)	(27.828.594)	(91.808.851)
	96.258.140	(116.130.869)	(19.872.729)	38.565.019	(200.584.348)	(162.019.329)
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
	160.628.249	(157.452.319)	3.175.930	273.317.918	(138.548.640)	134.769.278
	256.886.389	(273.583.188)	(16.696.799)	311.882.937	(339.132.988)	(27.250.051)

NOTA 18 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 e é analisada como segue:

	2011	2010
Diferenças de cambio de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de activos disponiveis para venda	(731.080)	1.753.805
de empréstimos concedidos e contas a receber	(763.672)	5.541.932
de depósitos em instituições de crédito	(942.514)	4.125.774
	(2.437.266)	11.421.511
Diferenças de cambio de outros activos		
de activos detidos para negociação	(2.087.516)	174.457
de activos ao justo valor através de resultados	(16.025.135)	54.638.824
	(18.112.651)	54.813.281
	(20.549.917)	66.234.792

NOTA 19 - GANHOS LÍQUIDOS PELA VENDA DE ACTIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas correspondem a valias realizadas e não realizadas através da alienação e reavaliação de imóveis.

NOTA 20 - PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de activos disponíveis para venda, são analisadas como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Acções	(11.630)	(60.168)
Outros títulos de rendimento variável	(2.986.798)	(724.649)
	<u>(2.998.428)</u>	<u>(784.817)</u>

NOTA 21 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prestações de serviços	338.489	382.392
Outros proveitos/(custos)	(70.798)	1.427
	<u>267.691</u>	<u>383.819</u>

NOTA 22 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	977	16.201
Depósitos à ordem	302.727.163	247.967.535
	<u>302.728.140</u>	<u>247.983.736</u>

NOTA 23 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de Junho 2011 e 31 de Dezembro de 2010 são analisados como segue:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
	Nocional	Activo	Passivo	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
Compra	32.618.229	85.712	(295.145)	(209.433)	35.845.788	(610.868)
Vendas	196.776.380	1.939.985	(2.005.137)	(65.152)	629.951.556	(4.083.600)
Currency Futures	-	-	-	-	4.625.000	-
	<u>229.394.609</u>	<u>2.025.697</u>	<u>(2.300.282)</u>	<u>(274.585)</u>	<u>670.422.344</u>	<u>(4.694.468)</u>
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps	703.658.744	649.968.189	(630.288.822)	19.679.367	226.182.644	31.883.932
Swaption - Interest Rate Options	300.000.000	578.815	-	578.815	300.000.000	1.444.431
Interest Rate Futures	97.200.000	-	-	-	78.000.000	-
	<u>1.100.858.744</u>	<u>650.547.004</u>	<u>(630.288.822)</u>	<u>20.258.182</u>	<u>604.182.644</u>	<u>33.328.363</u>
Contratos sobre acções/índices						
Equity/Index Swaps	-	-	-	-	6.962.800	1.913.607
Equity/Index Options	168.338.028	3.716.373	(1.548.023)	2.168.350	76.401.136	1.197.076
Equity/Index Futures	25.920.386	69.259	-	69.259	11.154.332	-
	<u>194.258.414</u>	<u>3.785.632</u>	<u>(1.548.023)</u>	<u>2.237.609</u>	<u>94.518.268</u>	<u>3.110.683</u>
Contratos sobre créditos						
Créditos Default Swaps	476.000.000	371.787.492	(375.975.383)	(4.187.891)	378.295.000	(2.552.527)
	<u>476.000.000</u>	<u>371.787.492</u>	<u>(375.975.383)</u>	<u>(4.187.891)</u>	<u>378.295.000</u>	<u>(2.552.527)</u>
	<u>2.000.511.767</u>	<u>1.028.145.825</u>	<u>(1.010.112.510)</u>	<u>18.033.315</u>	<u>1.747.418.256</u>	<u>29.192.051</u>

NOTA 24 - ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	29.020.158	20.079.392
De outros emissores	1.691.100.884	1.746.954.408
Acções	30.252.156	431.163.846
Outros títulos de rendimento variável	1.697.124.212	1.800.660.082
Valor de balanço	<u>3.447.497.410</u>	<u>3.998.857.728</u>
Valor de aquisição	<u>3.581.277.302</u>	<u>4.075.581.581</u>

NOTA 25 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2011 e Dezembro de 2010 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	1.053.386.754	15.360.169	(83.602.235)	-	985.144.688	16.990.219	1.002.134.907
De outros emissores	2.211.147.564	38.000.311	(165.098.070)	(57.182.010)	2.026.867.795	40.301.441	2.067.169.236
Acções	158.041.601	24.627.587	(9.578.696)	(11.375.600)	161.714.892	-	161.714.892
Outros títulos de rendimento variável	172.612.240	8.468.838	(3.233.408)	(778.749)	177.068.921	-	177.068.921
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>3.595.188.159</u>	<u>86.456.905</u>	<u>(261.512.409)</u>	<u>(69.336.359)</u>	<u>3.350.796.296</u>	<u>57.291.660</u>	<u>3.408.087.956</u>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	584.806.764	9.161.460	(61.276.896)	-	532.691.328	10.109.220	542.800.548
De outros emissores	1.952.169.564	18.535.079	(176.521.325)	(43.558.348)	1.750.624.970	21.854.587	1.772.479.557
Acções	158.617.096	17.312.228	(17.269.895)	(790.395)	157.869.034	-	157.869.034
Outros títulos de rendimento variável	150.092.065	3.330.394	(3.227.492)	(12.109.841)	138.085.126	-	138.085.126
Saldo em 30 de Junho de 2011	<u>2.845.685.489</u>	<u>48.339.161</u>	<u>(258.295.608)</u>	<u>(56.458.584)</u>	<u>2.579.270.458</u>	<u>31.963.807</u>	<u>2.611.234.265</u>

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2010	67.257.752
Dotações do exercício	5.977.935
Vendas no exercício	(3.899.328)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>69.336.359</u>
Dotações do exercício	2.998.445
Vendas no exercício	(15.876.220)
Saldo em 30 de Junho de 2011	<u>56.458.584</u>

As principais contribuições para a reserva de justo valor com referência a 30 de Junho de 2011 podem ser analisadas como segue:

	Custo de Aquisição	Reserva de justo valor		Reajustamento	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
BANCO ESPÍRITO SANTO 5.625% /2009 - 05/06/2014	45.578.897	-	(6.914.292)	(34.292)	38.630.313
BANCO FINANTIA INTL Float /2007 - 26/07/2017 (Call=26/07/2012)	6.700.055	-	(3.023.585)	15.900	3.692.370
B CP FINANCE BANK Float /2006 - 21/12/2016 (Call=21/12/2011)	6.403.713	-	(2.789.440)	111.817	3.726.090
B CPPL 3.75% /2009 - 08/10/2016	9.250.769	-	(2.135.419)	42.350	7.157.700
BES FINANCE 6.625% pp /2002 - 08/05/2049 (Call = 08/05/2012)	12.922.644	-	(5.488.588)	(322.056)	7.112.000
BES FINANCE LTD /2004 - 16/03/2049 (Call=16/03/2015)	4.735.504	-	(2.377.358)	16.855	2.375.000
BES FINANCE pp /2003 - 02/07/2049 (Call = 02/07/2014)	12.075.497	-	(6.471.578)	(270.864)	5.333.055
BESNN Float/ /2007 - 26/06/2014	37.505.084	-	(7.154.108)	755.274	31.106.250
BESPL 3.375% /2009 - 17/02/2015	14.975.250	-	(2.907.266)	10.466	12.078.450
BESPL 3.875% /2010 - 21/01/2015	41.747.274	-	(8.677.879)	102.655	33.172.050
BPI CAPITAL FINANCE Float /2003 - 12/08/2049 (Call=12/08/2013)	8.022.132	-	(4.378.594)	(68.027)	3.575.512
BTPS 6.5% /1997 - 01/11/2027	25.561.027	-	(2.354.209)	(803.818)	22.403.000
CAIXA GERAL DEPO 3.625% /2009 - 21/07/2014	15.094.700	-	(2.400.981)	(23.519)	12.670.200
CAIXA GERAL DEPO 5.125% /2009 - 19/02/2014	18.591.360	-	(2.323.232)	33.597	16.301.725
CAIXA GERAL FIN Float /2004 - 28/06/2049 (Call=28/06/2014)	7.183.261	-	(4.152.312)	111.501	3.142.450
CAIXA GERAL FIN Float /2005 - 30/09/2049 (Call=30/09/2015)	10.303.318	-	(5.910.497)	218.429	4.611.250
CAMFER 4.17% /2009 - 16/10/2019	5.969.500	-	(2.526.067)	6.207	3.449.640
DBR 1.5% Inflação 2006 - 15/04/2016	49.602.046	2.621.954	-	6.012.120	58.236.119
DRESNER BANK c/z /98 - 31/07/2028	8.550.522	-	(4.023.842)	1.909.821	6.436.500
EDP FINANCE 2002 - 23/12/2022	56.127.416	3.888.525	-	14.280.456	74.296.396
EDP Renováveis SA	8.974.670	-	(2.208.032)	-	6.766.638
EFG HELLAS PLC Float /2007 - 08/06/2017 (Call=08/06/2012)	8.992.360	-	(4.696.114)	46.254	4.342.500
ESPÍRITO SANTO FIN GRP 6.875% /2009 - 21/10/2019	22.919.590	-	(8.275.502)	28.570	14.672.658
FRTR 1% + Inflação - 2005/ 25-07-2017	35.418.446	2.071.485	-	4.736.538	42.226.469
GGB 4.6% /2008 - 20/07/2018	16.640.910	-	(8.424.855)	113.355	8.329.410
GGB 5.3% /2009 - 20/03/2026	4.956.100	-	(2.650.179)	4.579	2.310.500
GGB 6.0% /2009 - 19/07/2019	10.275.539	-	(5.427.145)	(115.019)	4.733.375
IRISH GOVT 4.5 % /2007 - 18/10/2018	11.547.930	-	(3.876.008)	79.478	7.751.400
IRISH GOVT 4.6% /1999 - 18/04/2016	10.066.200	-	(3.001.990)	(19.710)	7.044.500
IRISH GOVT 5.0% /2010 - 18/10/2020	8.965.680	-	(3.284.264)	5.684	5.687.100
LUSI 4 C MTG /2005 - 15/09/2048 (Call=15/09/2014)	3.308.935	-	(2.590.678)	(5.264)	712.994
LUSITANO 2D MTG /2003 - 16/11/2046 (Call=16/08/2011)	3.996.961	-	(2.796.994)	34	1.200.000
PGB 4.1% /2006 - 15/04/2037	11.427.037	-	(5.044.003)	49.326	6.432.360
PGB 4.35 % /2007 - 16/10/2017	10.399.000	-	(3.834.265)	(56.735)	6.508.000
PGB 4.75% /2009 - 14/06/2019	22.576.255	-	(8.732.207)	(85.248)	13.758.800
PGB 4.8% /2010 - 15/06/2020	13.868.190	-	(5.227.410)	14.720	8.655.500
PGB 5.45% /1998 - 23/09/2013	18.116.525	-	(3.070.041)	(540.369)	14.506.115
Portugal Telecom, SGPS	24.170.831	-	(4.938.897)	-	19.231.934
REFER 4% /2005 - 16/03/2015	6.748.507	-	(2.626.223)	7.716	4.130.000
REFER 4.25% - 2006 / 13-12-2021	6.613.537	-	(3.225.167)	48.855	3.437.225
	656.883.171	8.581.963	(159.939.222)	26.417.635	531.943.546

NOTA 26 - EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de outros depósitos é analisada como segue:

	2011	2010
Depósitos a prazo - Capital	22.104.606	181.153.486
Depósitos a prazo - Juro decorrido	102.905	93.474
Outros depósitos - Capital	9.030.759	9.938.765
	31.238.270	191.185.725

NOTA 27 - INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

A rubrica de investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

	2011	2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	253.577.194	-
De outros emissores	8.989.021	-
	262.566.215	0

NOTA 28 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

O movimento ocorrido no exercício de 2011 em terrenos e edifícios pode ser analisado como segue:

	2010	Aquisições	Alienações	Benfeitorias	Amortizações	Valias Potenciais	2011
De uso próprio	8.207.655	-	-	-	(65.921)	-	8.141.734
De rendimento	83.185.305	8.515.381	(1.638.600)	361.547	-	-	90.423.633
	91.392.960	8.515.381	(1.638.600)	361.547	(65.921)	-	98.565.367

As propriedades de investimento são avaliadas anualmente por peritos independentes. Em 2011, não ocorreram avaliações.

Relativamente aos imóveis com obras em curso é efectuado pela entidade gestora do parque imobiliário do Grupo, uma análise afim de determinar se ocorreram alterações significativas nos pressupostos de avaliação. Desta análise resultou o reconhecimento em 2010 de uma provisão para outros riscos e encargos no montante de 7.500 milhares de Euros.

Os custos relativos a imóveis de rendimento ascenderam a 132 milhares de Euros.

NOTA 29 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2011 e Dezembro de 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
Equipamento		
Equipamento informático	4.483.863	4.483.863
Mobiliário e material	666.951	666.952
Instalações interiores	1.989.578	1.989.578
Máquinas e ferramentas	408.253	404.667
Material de transporte	42.768	42.768
Outros	271.002	271.002
	7.862.415	7.858.830
Depreciação acumulada	(6.333.589)	(6.148.897)
	1.528.826	1.709.933

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos activos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de activos tangíveis é analisado como segue:

	Equipamento
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2010	2.042.388
Adições	84.558
Alienação	-
Amortizações do exercício	(417.013)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	1.709.933
Adições	3.585
Alienação	-
Amortizações do exercício	(184.692)
Saldo líquido a 31 de Junho de 2011	1.528.826

NOTA 30 - OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2011 e Dezembro de 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Software	8.543.921	8.792.257
Amortizações acumuladas	(8.354.219)	(8.560.661)
	<u>189.702</u>	<u>231.596</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de activos intangíveis foi o seguinte:

	Software
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2010	341.528
Adições	248.700
Amortizações do exercício	(358.632)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	231.596
Adições	38.115
Amortizações do exercício	(80.009)
Saldo líquido a 30 de Junho de 2011	<u>189.702</u>

NOTA 31 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas como segue:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	2.676.337	-	2.676.337	2.564.894	-	2.564.894
Provisão matemática do ramo vida	2.444.604.208	(352.674)	2.444.251.534	3.030.120.469	(141.964)	3.029.978.505
Provisão para sinistros	35.795.345	(1.509.293)	34.286.052	40.156.324	(1.986.263)	38.170.061
Provisão para participação nos resultados	14.535.999	(1.132.836)	13.403.163	4.047.019	(2.157.662)	1.889.357
Provisão para compromissos de taxa	552.953	-	552.953	17.871	-	17.871
	<u>2.498.164.842</u>	<u>(2.994.803)</u>	<u>2.495.170.039</u>	<u>3.076.906.577</u>	<u>(4.285.889)</u>	<u>3.072.620.688</u>

A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicional	39.320.050	(352.674)	38.967.376	41.548.088	(141.964)	41.406.124
Capitalização com participação nos resultados	2.405.285.505	-	2.405.285.505	2.988.573.867	-	2.988.573.867
	<u>2.444.605.555</u>	<u>(352.674)</u>	<u>2.444.252.881</u>	<u>3.030.121.955</u>	<u>(141.964)</u>	<u>3.029.979.991</u>
Custos de aquisição diferidos	(1.347)	-	(1.347)	(1.486)	-	(1.486)
	<u>2.444.604.208</u>	<u>(352.674)</u>	<u>2.444.251.534</u>	<u>3.030.120.469</u>	<u>(141.964)</u>	<u>3.029.978.505</u>

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento. Nessa base em 30 de Junho de 2011 e Dezembro de 2010, os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 35).

A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

	2011			2010		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	17.637.694	(1.509.293)	16.128.401	19.273.558	(1.986.263)	17.287.295
Capitalização com participação nos resultados	18.157.651	-	18.157.651	20.882.766	-	20.882.766
	35.795.345	(1.509.293)	34.286.052	40.156.324	(1.986.263)	38.170.061

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 508 milhares de euros (2010: 509 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro e ainda não reportados (IBNR).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros, são apresentados como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2010	34.363.509
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	574.985.180
Anos anteriores	10.269.363
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(552.376.485)
Anos anteriores	(27.085.243)
Saldo a 31 de Dezembro 2010	40.156.324
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	654.264.283
Anos anteriores	8.110.881
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(639.951.707)
Anos anteriores	(26.784.436)
Saldo a 30 de Junho 2011	35.795.345

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados, são apresentados como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2010	2.915.674
Montantes pagos	(340.737)
Montantes estimados atribuíveis	1.472.082
Saldo a 31 de Dezembro 2010	4.047.019
Montantes pagos	(969.313)
Montantes estimados atribuíveis (ver nota 10)	11.458.293
Saldo a 30 de Junho 2011	14.535.999

A provisão para participação nos resultados deverá incluir o ajustamento relativo ao *shadow accounting*, o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos activos afectos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efectivas, de acordo com os respectivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 30 Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o montante total do ajustamento relativo ao *shadow accounting* é nulo.

Em 30 de Junho de 2011, a provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades. Este teste foi efectuado com base nas melhores estimativas à data de balanço. (ver Nota 2.16).

NOTA 32 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2011 e Dezembro de 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	8.748.962	789.476
Mediadores	1.520.799	16.488.263
	<u>10.269.761</u>	<u>17.277.739</u>
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	618.651	310.145
Contas a receber por outras operações		
Empresas relacionadas	87.167	34.474
Outros devedores	7.108.792	7.808.428
	<u>7.195.959</u>	<u>7.842.902</u>
	<u>18.084.371</u>	<u>25.430.786</u>
Ajustamentos	(29.379)	(25.691)
	<u>18.054.992</u>	<u>25.405.095</u>

A rubrica Contas a receber por operações de seguro directo – mediadores inclui as valias não realizadas relativas a títulos associados a contratos de seguro e de investimento para os quais, no âmbito dos acordos de distribuição e gestão operacional existentes com o Banco Espírito Santo, S.A, existe uma garantia de retorno sobre estes activos. Este montante foi reconhecido em contrapartida de reservas de justo valor.

A rubrica Contas a receber por outras operações – outros devedores inclui ainda o montante 6.562 milhares de euros (2010: 6.759 milhares de euros) relativos a valores a receber do Estado.

A variação dos ajustamentos do exercício é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2010	55.340
Dotações/(utilizações)	(29.649)
Saldo a 31 de Dezembro 2010	25.691
Dotações/(utilizações)	3.688
Saldo a 30 de Junho 2011	29.379

Os saldos de devedores por operações de seguro directo, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses.

NOTA 33 - ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente para 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 26,5%, aplicável às actividades do Grupo. Esta taxa é a taxa que se encontrava aprovada às datas dos balanços.

As declarações de autoliquidação, da Seguradora e subsidiárias ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações

da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da BES-Vida que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os movimentos da rubrica de impostos correntes são analisados como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2010	13.448.838
Montante registados nos resultados	226.639
Pagamentos efectuados	(5.691.063)
Saldo a 31 de Dezembro 2010	7.984.414
Montante registados nos resultados	(284.478)
Pagamentos efectuados	14.466.083
Saldo a 30 de Junho 2011	22.166.019

Os passivos por impostos correntes dizem respeito a retenções na fonte efectuadas pelo Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisados como segue:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Ajustamento transição IFRS	8.653.707	11.558.734	-	-	8.653.707	11.558.734
Prejuízos fiscais	43.427.675	36.080.383	-	-	43.427.675	36.080.383
Pensões	1.330.061	1.395.491	-	-	1.330.061	1.395.491
Outros	16.207.319	11.011.587	-	-	16.207.319	11.011.587
Imposto diferido activo/(passivo)	69.618.762	60.046.195	-	-	69.618.762	60.046.195
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	69.618.762	60.046.195	-	-	69.618.762	60.046.195

A natureza dos activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos desagregam-se como segue:

	2011	2010
Diferenças temporárias	26.191.087	23.965.812
Prejuízos fiscais	43.427.675	36.080.383
	69.618.762	60.046.195

A maior parte dos activos reconhecidos por prejuízos fiscais tem origem no imposto calculado sobre a reserva de justo valor de títulos afectos a produtos de vida com participação nos resultados, que de acordo com a alteração das regras fiscais ocorrida no final do exercício de 2010, deverá ter eficácia fiscal.

A variação do imposto diferido foi reconhecida como segue:

	2011	2010
Reconhecido nos resultados	(1.785.961)	(3.388.382)
Reconhecido nas reservas de justo valor	11.358.528	29.753.265
	9.572.567	26.364.883

O movimento do imposto diferido de balanço em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 explica-se como segue:

	2011		2010	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Activos financeiros	-	4.808.662	20.684	12.095.500
Pensões	(65.430)	-	74.896	-
Prejuízos fiscais	(896.387)	8.243.680	(4.231.368)	20.169.282
Ajustamentos de transição	(1.211.314)	(1.693.814)	(1.801.403)	(2.511.517)
Imóveis	217.500	-	2.175.000	-
Outros	169.670	-	373.809	-
	(1.785.961)	11.358.528	(3.388.382)	29.753.265

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 30 de Junho de 2011 e de 2010 explica-se como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	(284.478)	226.639
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(889.574)	842.986
Prejuízos reportáveis	(896.387)	(4.231.368)
	(1.785.961)	(3.388.382)
Total do imposto registado em resultados	(2.070.439)	(3.161.743)

A variação do imposto sobre o rendimento reportado em reservas em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 explica-se como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	62.226	(254.344)
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	11.358.528	29.753.265
Total do imposto registado em reservas	11.420.754	29.498.921

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2011		2010	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		12.560.938		23.852.108
Taxa de imposto estatutária	29%	(3.642.672)	29%	(6.917.111)
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		502.438		954.084
Diferença para a taxa com prejuízo fiscal (25%)		1.844.168		2.349.524
Dividendos excluídos de tributação		-		(222.154)
Mais-valias não tributadas		-		-
Imparidade		(62.226)		254.344
Derrama		(712.146)		419.570
Outros				
		(2.070.439)		(3.161.743)

NOTA 34 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é analisado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros acréscimos de proveitos	473.127	1.412.176
Gastos diferidos	2.457.753	2.565.750
Total	<u>2.930.880</u>	<u>3.977.926</u>

A rubrica Outros acréscimos de proveitos corresponde a valores a receber da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A, relativamente à prestação de serviços efectuados pela BES-Vida.

A rubrica de Gastos diferidos corresponde ao custo de aquisição, referente ao lançamento de um produto, pelo período de vida útil.

NOTA 35 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contratos de taxa fixa	627.531.561	783.662.067
Contratos de seguros em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	3.377.131.077	3.758.539.641
Total	<u>4.004.662.638</u>	<u>4.542.201.708</u>

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2010	806.926.638
Depósitos recebidos	106.222.717
Benefícios pagos	(268.514.426)
Juro técnico do exercício	139.027.138
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	<u>783.662.067</u>
Depósitos recebidos	35.762.643
Benefícios pagos	(198.004.093)
Juro técnico do exercício	6.110.943
Saldo a 30 de Junho de 2011	<u>627.531.561</u>

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2010	4.018.517.475
Depósitos recebidos	419.009.001
Benefícios pagos	(490.142.333)
Juro técnico do exercício	(188.844.502)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	3.758.539.641
Depósitos recebidos	35.814.143
Benefícios pagos	(403.741.958)
Juro técnico do exercício	(13.480.749)
Saldo a 30 de Junho de 2011	3.377.131.077

NOTA 36 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As principais características dos passivos subordinados em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 são apresentadas como seguem:

		2011						
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	50.793	45.050.793	3,69%	2022
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	54.918	45.054.918	3,99%	Perpétuas
BES-Vida	Empréstimos subordinados	2008	10.000.000	10.000.000	33.841	10.033.841	3,93%	Perpétuas
Total			100.000.000	100.000.000	139.552	100.139.552		

		2010						
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	48.360	45.048.360	3,22%	2022
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	52.860	45.052.860	3,52%	Perpétuas
BES-Vida	Empréstimos subordinados	2008	10.000.000	10.000.000	31.387	10.031.387	3,53%	Perpétuas
Total			100.000.000	100.000.000	132.607	100.132.607		

Os outros passivos financeiros podem ser analisados como segue:

	2011	2010
Contratos de investimento	56.648.978	62.149.808
Outros empréstimos	44.327.296	57.100.756
	100.976.274	119.250.564

A rubrica de contratos de investimento diz respeito a passivos associados a contratos de investimento comercializados pela T-Vida, Companhia de Seguros, sendo os activos financeiros afectos a estes produtos geridos pela BES-Vida. A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2010	103.877.562
Depósitos recebidos	16.791.110
Benefícios pagos	(21.654.139)
Transferências T-VIDA	(38.032.610)
Juro técnico do exercício	1.167.885
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	62.149.808
Depósitos recebidos	892.289
Benefícios pagos	(6.754.076)
Juro técnico do exercício	360.957
Saldo a 30 de Junho de 2011	56.648.978

Os outros empréstimos são relativos às emissões de títulos dos veículos que o Grupo está a consolidar conforme referido na Nota 1 anexa às demonstrações financeiras.

As principais características destes empréstimos são analisadas como segue:

		2011			
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de Balanço	Taxa de Juro Actual	Maturidade
CABRAL, LTDA	Classe A Senior Asset Backed FRN	2001	0	0%	2014
CABRAL WHT RESERVE	Cabral WHT Reserve	2001	1.791.406	0%	2014

		2010			
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de Balanço	Taxa de Juro Actual	Maturidade
CABRAL, LTDA	Classe A Senior Asset Backed FRN	2001	0	0%	2014
CABRAL WHT RESERVE	Cabral WHT Reserve	2001	1.791.406	0%	2014

NOTA 37 - OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é analisado como segue:

	2011	2010
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	114.819	144.805
Mediadores	20.033.351	44.108.221
	<u>20.148.170</u>	<u>44.253.026</u>
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	910.532	1.382.801
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	646.035	829.279
	<u>21.704.737</u>	<u>46.465.106</u>

A rubrica Contas a pagar por operações de seguro directo – mediadores é relativa a comissões a pagar pela comercialização dos produtos da BES-Vida ao Banco Espírito Santo, S.A., Banco Espírito Santo dos Açores, S.A., e Banco BEST, S.A.

NOTA 38 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica acréscimos e diferimentos em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é analisada como segue:

	2011	2010
Rendimentos diferidos	36.674	36.674
Benefícios a empregados - curto prazo	1.491.742	1.913.220
Outros acréscimos de gastos	4.040.132	3.722.952
	<u>5.568.548</u>	<u>5.672.846</u>

A rubrica benefícios a empregados de curto prazo inclui o montante de 262 milhares de euros (2010: 1.179 milhares de euros) e 549 milhares de euros (2010: 652 milhares de euros) relativos a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte e à estimativa do bónus referente ao exercício de 2011 a atribuir aos colaboradores mas cujo pagamento só será efectuado em 2012.

NOTA 39 - OUTRAS PROVISÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é analisado como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de Janeiro de 2010	15.483.198
Dotações	9.804.579
Utilização	(269.240)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	25.018.537
Dotações	2.349.302
Utilização	(20.830)
Saldo a 30 de Junho de 2011	27.347.009

Em 2011, a rubrica de outras provisões inclui o montante de 17.229 milhares de euros relativos a provisões para impostos (2010: 16.130 milhares de euros).

NOTA 40 - CAPITAL, PRÉMIOS, RESERVAS DE JUSTO VALOR E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS
Capital

O capital social autorizado da BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 50.000.000 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	% Capital	
	2011	2010
Credit Agricole Assurances, S.A.	50,00000%	50,00000%
Banco Espirito Santo, S.A.	49,99960%	49,99960%
Banco Espirito Santo de Investimento, S.A.	0,00020%	0,00020%
ESAF - Espirito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A.	0,00020%	0,00020%
	100,00000%	100,00000%

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido. Nos seis primeiros meses de 2011, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados líquidos de interesses minoritários podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	(51.397.892)	11.890.030	16.582.629	-
Transferências para reservas	-	-	-	(12.298.778)
Alterações de justo valor	(127.063.293)	29.498.894	-	-
Valias não realizadas de activos com garantia de retorno	14.729.196	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(163.731.989)	41.388.924	16.582.629	(12.298.778)
Transferências para reservas	-	-	2.069.037	18.988.383
Alterações de justo valor	(60.302.573)	11.420.715	-	-
Valias não realizadas de activos com garantia de retorno	14.987.431	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2011	(209.047.131)	52.809.639	18.651.666	6.689.605

A rubrica de valias não realizadas de activos com garantia de retorno corresponde a valias não realizadas relativas a títulos associados a contratos de seguro e de investimento para os quais, no âmbito dos acordos de distribuição e gestão operacional existentes com o Banco Espírito Santo, S.A, existe uma garantia de retorno sobre estes activos.

As reservas de reavaliação explicam-se, em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, como segue:

	2011	2010
Custos amortizados dos activos financeiros disponíveis para venda	(2.845.685.489)	(3.595.188.159)
Imparidade acumulada reconhecida	56.458.584	69.336.359
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	(2.789.226.905)	(3.525.851.800)
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	2.579.270.458	3.346.223.290
Ganhos potenciais na carteira de activos financeiros disponíveis para venda	(209.956.447)	(179.628.510)
Valias não realizadas de activos com garantia de retorno	909.316	15.896.521
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(209.047.131)	(163.731.989)
Saldo em 31 de Dezembro	(209.047.131)	(163.731.989)

NOTA 41- TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro 2010, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

	30-6-2011				31-12-2010			
	ACTIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ACTIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Banco Espírito Santo, S.A.	1 175 982	19 867	10 861	19 038	1 160 088	74 775	45 746	131 623
Activos financeiros	1 175 982	-	-	18 708	1 160 088	30 794	-	130 959
Imóveis	-	-	-	329	-	-	-	658
Comissões	-	19 867	10 861	-	-	43 981	45 746	6
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	-	189	96	170	16	385	215	339
Prestação de serviços	-	189	96	-	16	385	215	339
	-	-	-	170	-	-	-	-
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.	471	56 649	159	470	1 674	62 150	962	981
Prestação de serviços	471	-	-	470	1 674	-	-	981
Resseguro	-	56 649	-	-	-	62 150	-	-
Encargos de Gestão	-	-	159	-	-	-	962	-
ESAF - Fundo de Pensões, S.G.F.P., S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
ESAF - Gestão de Património, S.A.	-	1 010	1 911	-	-	879	4 554	-
Comissões	-	1 010	1 911	-	-	879	4 554	-
ESEGUR, S.A.	-	-	16	-	-	-	30	-
Prestação de serviços	-	-	16	-	-	-	30	-
ES Contact Center, S.A.	-	-	38	-	-	-	89	-
Prestação de serviços	-	-	38	-	-	-	89	-
CREDIBOM, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Multipessoal, S.A.	-	-	47	-	-	-	93	-
Prestação de serviços	-	-	47	-	-	-	93	-
ES GEST, S.A.	-	-	96	-	-	-	215	-
Prestação de serviços	-	-	96	-	-	-	215	-
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	3 927	3	9	-	1 808	1	19	-
Activos financeiros	3 927	-	-	-	1 808	-	-	-
Comissões	-	3	9	-	-	1	19	-
PREDICA	-	335	-	-	-	403	-	-
Resseguro	-	335	-	-	-	403	-	-
CREDIT AGRICOLE RE	-	99	-	-	-	207	-	-
Resseguro	-	99	-	-	-	207	-	-
CREDIT AGRICOLE SA	134 860	-	-	8 301	152 315	-	-	8 301
Activos financeiros	134 860	-	-	8 301	152 315	-	-	8 301
CALYON	12 787	-	-	241	18 988	-	-	804
Activos financeiros	12 787	-	-	241	18 988	-	-	804
BES, Companhia de Seguros, S.A.	-	10 034	182	184	5	10 031	331	368
Activos financeiros	-	10 034	182	-	-	10 031	331	-
Seguros vida	-	-	-	4	5	-	-	9
Imóveis	-	-	-	179	-	-	-	359
BES Açores	440	141	139	-	245	124	2 644	-
Activos financeiros	440	-	-	-	245	-	-	-
Comissões	-	141	139	-	-	124	2 644	-
BESSA	2 300	-	-	-	3 794	-	-	-
Activos financeiros	2 300	-	-	-	3 794	-	-	-
Esumédica, S.A.	-	-	117	56	-	-	372	112
Prestação de serviços	-	-	117	56	-	-	372	112
	1 330 767	88 326	13 672	23 932	1 556 983	56 401	68 612	52 857

Todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efectuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transacções semelhantes com outras entidades.

Durante os exercícios de 30 de Junho de 2011 e Dezembro 2010, não se registaram quaisquer transacções adicionais com partes relacionadas entre o Grupo e os seus accionistas.

NOTA 42- GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos da gestão de riscos da actividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

No ano de 2007, dando não só resposta à Norma do ISP (Norma 14/2005 R), mas também às exigências do Grupo em que se insere, foi constituído um departamento, a Direcção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo, cujas incumbências reportam às três seguintes áreas de actuação: Gestão de Risco, Compliance e Controlo Interno.

Compliance

Compete à Direcção no âmbito do compliance, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às actividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos matérias de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Actividades);
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às actividades da Companhia no que se refere a Compliance e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as acções a desempenhar pelas Companhias, por forma a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar acções de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas;
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa;

Controlo Interno

Compete à Direcção no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direcções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, actividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;

- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções.

Gestão de Risco

O ano de 2011 constituiu mais um ano de preparação para o novo regime de solvência (Solvência II), processo que tem vindo a ser preparado de forma gradual, conhecendo durante o corrente ano um forte desenvolvimento, e que se espera semelhante durante o próximo ano.

Assim a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do sector financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvencia II, que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as companhias se encontram sujeitas com impactos directos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

À Direcção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na BES-Vida, bem como ao Grupo Credit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Accionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspectiva de exigência e confiança.

Em paralelo com a Direcção de Gestão de Risco, foi implementado o Comité de Risco e Controlo, composto pela Comissão Executiva e pelos Directores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Este comité deverá reunir-se de forma periódica. Encontrando-se alocadas a este comité as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, bem como de contribuir para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da BES Vida.

Constituindo como principais objectivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-activa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, risk register e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, tarifação e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;

- Conformidade com a legislação em vigor para o sector, requisitos regulamentares, standards e código de conduta;
- Reporte periódico, pelas diferentes Direcções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objectivo de garantir de que a Companhia efectua a gestão dos principais riscos que afectam o seu negócio.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos e em produtos derivados – swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de títulos e de produtos derivados que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco: Direcção de Risco, de Investimentos, Técnica, Comité Financeiro e gestores dos activos financeiros. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

Um dos objectivos da politica financeira da Companhia é a mitigação do risco de crédito incentivada através de medidas de diversificação da carteira de investimentos por sector, mercado, País. A Política Financeira é aprovada pelo Conselho de Administração, encontrando-se aprovados um conjunto de limites, como por emitentes, rating, alocação de activos, os quais são monitorizados regularmente em Comité Financeiro.

Risco de taxa de juro

As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os activos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As actividades de gestão do risco têm como objectivo a optimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objectivos estratégicos da Companhia.

A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas são submetidas à apreciação da Comissão Executiva.

Ao nível do risco de mercado, a Companhia continua a desenvolver elementos para análise e mensuração deste risco, sendo que o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada, com recurso à simulação estocástica, com um intervalo de confiança de 99,5% e um período 1 ano (como é aconselhado pelas regras da Solvência II). São realizados também estudos de ALM que pretendem avaliar a adequação de activos e passivos.

O aperfeiçoamento dos estudos de ALM, tem em vista a análise do mismatch entre activos e passivos para as diferentes maturidades, análise de sensibilidades dos activos e passivos a diferentes cenários.

São também realizados exercícios de back-testing que consistem na comparação entre os valores previstas no modelo e os valores efectivos. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades preditivas do mesmo.

Risco cambial

Os activos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de cambio para a moeda de referência.

A empresa procede de forma significativa à cobertura das exposições acima apresentadas de moedas não euro para euro através de instrumentos derivados como Forwards ou futuros cambiais.

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis.

A gestão da liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os gap liquidity, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

A maturidade dos activos e passivos é como segue:

	2011						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	302.728.140	-	-	-	-	-	302.728.140
Activos financeiros detidos para negociação	13.369.046	17.990.850	(8.137.591)	(7.730.828)	-	2.541.838	18.033.315
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	655.383.766	106.649.870	209.948.577	623.031.481	152.223.770	1.700.125.339	3.447.497.410
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	252.752.678	363.167.435	493.285.963	1.060.027.711	146.046.317	295.954.161	2.611.234.265
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	31.376.900	-	-	-	-	-	31.376.900
Investimentos a deter até à maturidade	6.875.977	190.882.478	64.807.760	-	-	-	262.566.215
Activos por operações de Resseguro	3.613.454	-	-	-	-	-	3.613.454
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17.436.341	-	-	-	-	-	17.436.341
Total de Activos	1.283.536.302	678.690.633	759.904.709	1.675.328.364	298.270.087	1.998.621.338	6.694.486.040
Provisões matemática ramo vida e para prémios não adquiridos	240.857.059	400.865.612	217.325.505	1.522.283.816	65.948.554	-	2.447.280.545
Passivos financeiros	264.162.344	923.738.243	1.316.471.586	1.431.090.495	69.199.970	-	4.004.662.638
Passivos subordinados	-	-	-	55.084.634	45.054.918	-	100.139.552
Outros passivos	100.976.274	-	-	-	-	-	100.976.274
Total de Passivos	605.995.677	1.324.603.855	1.533.797.090	3.008.458.945	180.203.443	-	6.653.059.009

	2010						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	247.983.736	-	-	-	-	-	247.983.736
Activos financeiros detidos para negociação	(62.041.123)	19.323.567	(920.678)	(5.805.738)	-	78.636.023	29.192.051
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	290.205.638	594.402.376	422.266.199	291.067.212	160.402.070	2.240.514.233	3.998.857.728
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	233.969.481	561.266.120	695.819.890	1.373.393.978	204.854.745	338.783.742	3.408.087.956
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	191.342.791	-	-	-	-	-	191.342.791
Activos por operações de Resseguro	4.596.034	-	-	-	-	-	4.596.034
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25.094.950	-	-	-	-	-	25.094.950
Total de Activos	931.151.507	1.174.992.063	1.117.165.411	1.658.655.452	365.256.815	2.657.933.998	7.905.155.246
Provisões matemática ramo vida e para prémios não adquiridos	298.471.574	496.755.174	269.311.125	1.886.423.629	81.723.861	-	3.032.685.363
Passivos financeiros	299.622.633	1.047.737.843	1.493.190.425	1.623.195.402	78.489.148	-	4.542.235.451
Passivos subordinados	-	-	-	55.079.746	45.052.860	-	100.132.606
Outros passivos	108.686.898	-	-	-	-	-	108.686.898
Total de Passivos	706.781.105	1.544.493.017	1.762.501.550	3.564.698.777	205.265.869	-	7.783.740.318

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos

operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direcção. Esta responsabilidade é apoiada pela Direcção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objectivo de abarcar as seguintes áreas:

- segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transacções e pagamentos;
- reconciliação e monitorização de transacções;
- compliance com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- documentação dos controlos e procedimentos;
- reporte de perdas operacionais e proposta de planos de acção para mitigar perdas registadas;
- desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- formação de colaboradores;
- implementação do código de conduta,
- processos de “assessment”

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direcção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direcção e submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direcção de Auditoria Interna, e da Direcção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo e representantes do Grupo de cada uma destas áreas.

O Comité de Gestão de Risco e Controlo, o Comité de Controlo Interno e o Comité de Compliance implementados na Companhia, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direcção de Gestão de Risco.

O objectivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objectivo de mitigar o risco de outsourcing, foi implementado na Companhia o Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objectivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades essenciais ao seu negócio.

Risco de reputação

Este risco pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, e a gestão deste risco tem sido efectuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um código de conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspectos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respectiva documentação contratual e comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment”
- Desenvolvimento dos planos de continuidade de negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

Risco estratégico

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objectivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus órgãos da administração, existindo uma comunicação regular a todos os colaboradores da Companhia desses objectivos. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas, e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital necessários à sua prossecução.

Risco de seguro

O risco específico da actividade seguradora reflecte no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efectivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez, risco de descontinuidade.

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (underwriting), de tarifação, de provisionamento e de resseguro.

A Direcção Técnica é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas ao nível da Companhia, bem como envolver outros departamentos no que respeita às políticas de subscrição, pricing, provisionamento e resseguro dos produtos (Gestão de Riscos, Investimentos e Marketing).

Gestão do risco específico de Seguros

Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efectuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

Tarifação

A Companhia tem como objectivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos no Comité de Produtos onde se encontram representadas todas as direcções da empresa. Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando recomendações para o Presidente da Comissão Executiva e posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva.

À priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projecção realística de cash-flows e à posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do Market Consistent Embedded Value.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efectuar. O cálculo do Market Consistent Embedded Value é realizado uma vez por ano pela Companhia e revistos por consultores externos.

Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos actuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objectivo principal da politica de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega activos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afectar os valores reportados para os activos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

A adequação da estimativa das responsabilidades da actividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor actual dos cash-flows futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Resseguro

A Companhia celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros.

O principal objectivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida como segue:

Tipo de resseguro		
Crédito Habitação	Excedente de pleno	75.000
Outros	Excedente de pleno	75.000

Para além dos tratados anteriores, a Companhia possuiu também um tratado catástrofe para proteger a sua retenção de risco.

Risco específico de seguro

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro.

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efectivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projecção realística de cash-flows – modelo de Market Consistent Embedded Value.

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projecção realística de cash-flows – modelo de Market Consistent Embedded Value.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de mortalidade	Taxa Técnica
<i>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</i>		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
<i>Seguros em caso de vida</i>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
Após Setembro de 2006	GKM - 3 anos	2%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

(*) No ano de 2010 a taxa técnica foi de 2,0%

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de embedded value e foram descontados à taxa de juro sem risco. O modelo usada na Companhia segue as metodologias emanadas pelo CFO Forum para o efeito.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

	Tábua de mortalidade
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

NOTA 42 – SOLVÊNCIA

O Grupo está sujeito aos requisitos de solvência definidos pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias do Grupo, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

Os objectivos do grupo são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

O Grupo gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia.

O Grupo no período em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas, não tendo sido efectuada quaisquer alterações ao Capital Social, objectivos, políticas e procedimentos face ao ano anterior.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

	2011	2010
Capital	250.000.000	250.000.000
Reservas	(138.265.250)	(117.638.565)
Resultados transitados	6.689.605	(11.931.723)
Resultados do exercício	10.490.499	20.690.365
Empréstimos subordinados com prazo fixo	40.497.009	45.000.000
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	40.497.009	50.932.673
Partes dos lucros futuros da empresa relativos à actividade VIDA	-	-
Valor de balanço	209.908.871	237.052.749
Outros ajustamentos incluindo o justo valor de títulos de dívida	(653.903)	(861.772)
Margem de solvência disponível	209.254.968	236.190.978
Margem de solvência necessária	162.611.790	191.865.345
Rácio de solvência	128,7%	123,1%